

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E NO MARANHÃO:

contextualização histórica e política

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar¹

Fábio de Melo da Silva²

Luziangela Cordeiro dos Santos³

RESUMO

Apresenta o processo histórico e político das políticas públicas educacionais no Brasil e os planos e programas do Maranhão. Discute as concepções de políticas públicas, contextualizando as políticas educacionais no Brasil, a partir da Constituição de 1988. Adota a abordagem quanti-qualitativa demonstrando, inicialmente, quais foram os sujeitos e interesses que constituíram a concepção da política educacional no Brasil e quais foram os planos e programas estabelecidos no Maranhão. Como técnica de pesquisa utiliza o levantamento bibliográfico, principalmente na busca de informações realizada na Base de Dados de Teses e Dissertações da UFMA. Aborda as políticas educacionais no Maranhão, enfatizando as principais experiências dos Governos Roseana Sarney e Flávio Dino. Conclui que, embora tenha se encontrado significativas referências aos diversos planos e programas implementados pelo Governo do Maranhão, ainda são escassos os estudos que tratam das políticas educacionais no referido Estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Brasil; Maranhão.

ABSTRACT

It presents the historical and political process of educational public policies in Brazil and plans and programs in Maranhão. It discusses the conceptions of public policies, contextualizing educational policies in Brazil from the 1988 Constitution. It adopts a quantitative-qualitative approach, demonstrating, initially, which were the subjects and interests that constituted the conception of educational policy in Brazil and what were the plans and programs established in Maranhão. As a research technique, it uses the bibliographical survey, mainly in the

¹ Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Políticas Públicas e Pós-Doutora em Ciência da Informação; Professora Associada IV do DEBIB/UFMA; membro do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais do PPGPP; maria.alencar@ufma.com.

² Universidade Federal do Maranhão; membro do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais do PPGPP; fabiodemelocristao@gmail.com.

³ Universidade Federal do Maranhão; membro do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais do PPGPP; luziangela.cordeiro@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



search for information carried out in the UFMA Theses and Dissertations Database. It addresses educational policies in Maranhão, emphasizing the main experiences of the Governments Roseana Sarney and Flávio Dino. It concludes that, although significant references to the various plans and programs implemented by the Government of Maranhão have been found, there are still few studies that deal with educational policies in that State.

Keywords: Educational Public Policies; Brazil; Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa “O Orçamento do Governo Estadual em Educação e Saúde no período de 2011 a 2018”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais – OPPLS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

Os movimentos sociais que eclodiram com força no final da década de 80 do século XX foram propícios a um contexto favorável que resultaram em importantes debates para o processo histórico das políticas públicas educacionais brasileiras, principalmente após a elaboração da Constituição de 1988.

A partir de então, as políticas públicas educacionais brasileiras foram se configurando em momentos de avanços e recuos, perdendo um pouco de suas conquistas do início dos anos 90, principalmente por ter sido implantado o ideário neoliberal incorporado pelo poder decisório do país.

É necessário frisar que tais políticas tiveram e têm por objetivo combater os problemas na educação ao longo de seu processo de estruturação no Brasil, diante das imensas desigualdades de oportunidades fincadas, historicamente, travando os avanços que poderiam ser efetivados para a garantia da qualidade na educação.

Assim, o objetivo desse trabalho é apresentar alguns resultados parciais, em um recorte da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo OPPLS, principalmente no que se refere à busca de informações realizada na Base de Dados de Teses e Dissertações da UFMA que abordaram as políticas educacionais no Maranhão, enfatizando as principais experiências dos Governos Roseana Sarney e Flávio Dino.

PROMOÇÃO



APOIO



Como perspectiva teórica-metodológica, utilizamos, quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória; como procedimentos para a revisão da literatura, adotamos a pesquisa bibliográfica e quanto à natureza da abordagem metodológica, empregamos a quanti-qualitativa. No que diz respeito às fontes de pesquisa empregadas, estas foram de teor primário. Ademais, foram identificados vinte (20) trabalhos acadêmicos que tratam sobre planos e programas do Governo do Estado do Maranhão relacionados à educação.

Nesse sentido, na primeira parte deste artigo abordamos o contexto histórico-político das políticas públicas educacionais no Brasil, além de discutir suas diversas concepções, a partir de autores como Silva (2008), Souza (2006), Dye (2005), dentre outros. Na parte seguinte, apresentamos alguns resultados da pesquisa com foco na política educacional do Maranhão nos Governos de Roseana Sarney e Flávio Dino, a partir do levantamento bibliográfico de estudos realizado no banco de teses e dissertações da UFMA. Na conclusão, observamos que são escassos os estudos que tratam das políticas educacionais do referido Estado, embora tenhamos encontrado significativas referências aos diversos programas implementados pelo Governo do Maranhão.

2 CONCEPÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

As políticas públicas educacionais para serem analisadas, é necessário, a priori, observar o contexto em que são criadas, como entram na agenda governamental, como são desenhadas e formuladas, quem são seus formuladores e idealizadores. O momento histórico de um país deve ser sempre considerado em razão da escolha e dos motivos que podem levar a implementação de uma determinada política pública em vez de outra, seja no campo da educação ou no de qualquer outra área.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As políticas públicas se constituem em um processo dinâmico e complexo onde intervêm muitos sujeitos que apresentam expectativas e interesses diversificados. Cada política é, portanto, o produto dessa complexa interação de pessoas e organizações, onde cada um desses sujeitos buscará definir um problema para abordar ou uma realidade sobre a qual irá intervir. A política pública é considerada assim como uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. (SILVA, 2008).

Para Rua (19-- , não paginado), “as políticas públicas (policies) [...] são [...] resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.”

Ou seja, além de valores, as políticas públicas incluem decisões, ritos, normas, procedimentos, recursos materiais, sujeitos sociais e se desenvolvem em movimentos com dinâmicas próprias, onde em cada um deles existem sujeitos, restrições e resultados que vão se relacionando entre si.

Assim, a política, vista como um processo, conjuga um conjunto de momentos, ou movimentos, não lineares, articulados e interdependentes e, às vezes, concomitantes. (SILVA, 2008). A maioria dos autores indica que estes movimentos são divididos em três fases, embora encontremos autores que ampliem estes estágios para mais de três momentos ou movimentos. Entretanto, na sua essência, a divisão em mais ou em menos fases não implica em conceitos diferenciados.

Tomando por base o que Souza (2006) denomina de ciclo, ou processo, da política pública, tem-se então: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Anterior a cada um desses momentos, a política passa por outras instâncias em que se identificam a situação problema (“issues”). Esta poderá se tornar em uma questão social, para, finalmente, entrar na agenda pública de cada país. Isto em uma dinâmica em que as questões sociais adentram na agenda pública, ou seja, nem toda situação problema se torna uma questão social a ponto de se configurar em um item a fazer parte da agenda governamental de um país. Os “issues” são gerados por

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pessoas ou grupos, mas nem todos têm o mesmo poder de pressão, nem a mesma legitimidade.

Sobre os tipos de agenda, autores como Cobb e Elder (1971) e Meny e Thoenig (1992) citados por Souza (2006, p. 80), classificam em: agenda sistêmica ou conjuntural, que seriam os assuntos e os temas reconhecidos pelo público em geral sem, contudo, estar sob a atenção formal do governo; e agenda institucional, governamental ou formal, a qual inclui os problemas que estão na atenção formal do governo, isto é, temas que, de alguma maneira, estão incorporados na estrutura administrativa e no discurso das autoridades. Além do mais, um item pode entrar na agenda formal sem ter feito parte da agenda sistêmica ou fazer parte da agenda sistêmica e não integrar a agenda formal.

Silva (2008) salienta também que a constituição do problema ou da agenda governamental pode ser constituída por uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo se transformar em questão social merecedora de atenção por parte do poder público e, por conseguinte, se transformar em política.

Para Dye (2005), existem duas estratégias com respeito ao modo como as demandas chegam a entrar na agenda governamental: a primeira dentro de uma abordagem pluralista, em que as sociedades modernas são integradas por um sistema de valores diferencial. Os indivíduos são socializados para aceitação desses valores e dos objetivos organizacionais, com fortes tendências consensuais. A esta estratégia, Dye (2005) a denomina de *bottom-up*, pois considera que as ações vêm de baixo para cima, ou seja, numa sociedade aberta e democrática, qualquer problema pode ser identificado por qualquer sujeito que compõe a arena política de uma sociedade (indivíduos ou grupos, partidos políticos, candidatos, líderes políticos, mídia etc.).

A segunda estratégia abordada por Dye (2005), é a *top-down*, defendida pelos nacionalistas ou elitistas. Os atores estatais desenvolvem um papel essencial na escolha das políticas sociais. O Estado é percebido como modelador da sociedade e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



as políticas são amplamente definidas pelas elites e pelo próprio Estado. A motivação inicial para a formulação da política provém de esforços corporativos ou pessoais. (SILVA, 2008).

As políticas públicas para a educação, isto é, a visão de um “Estado em ação”, é muito recente no cenário brasileiro. Sem desmerecer fatos históricos da sociedade brasileira que transcorreram em um movimento de consolidação de políticas públicas educacionais em períodos anteriores, defendida muito mais por parte dos “nacionalistas”, é somente a partir da elaboração da Constituição de 1988, que tivemos um contexto propício e animador de importantes discussões para a consolidação no processo histórico das políticas públicas educacionais brasileiras, advindas de fortes movimentos sociais. “A Carta Magna traz no *corpus* do seu texto muito das reivindicações dos educadores, respeitando o consenso da área, versando sobre temas como: gestão democrática, financiamento da educação e valorização profissional.” (SANTOS, 2011, p. 7). Nesta conjuntura, começaram a se intensificar as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, inaugurando a década de 1990.

Em relação à continuidade da discussão da LDB, em síntese é possível salientar que o projeto aprovado em 1996 não correspondia aos anseios da década anterior. Vejamos: a história nos mostra que tivemos dois projetos de LDB: um delineado por Demerval Saviani, no qual as reivindicações da área educacional foram incorporadas em sua totalidade, e outro Projeto apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), que não contemplava essas reivindicações. (SANTOS, 2011, p. 8).

Contudo, apesar de avanços significativos para a área da educação e para o processo de redemocratização da sociedade brasileira conquistado pelas lutas e movimentos sociais nos anos 80, na década seguinte, a escolha pelo ideário neoliberal é reforçada na agenda da Reforma Gerencial do Estado.

No domínio da educação, a influência das ideias neoliberais fez-se sentir quer por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitudes diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, quer por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e de ‘encorajamento do mercado’. (BARROSO, 2005, não paginado).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 A 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



De acordo com Paes de Paula (2005), a articulação política de caráter liberal, encabeçada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, a partir do governo central liderado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, baseou-se em um conceito de desenvolvimento dependente e associado, estratégias neoliberais de estabilização econômica e ações administrativas orientadas para o mercado. A Reforma do Estado “levou a ações direcionadas para o corte nos orçamentos públicos, dispensa massiva de servidores públicos e cortes nos direitos de trabalho.” (BORON, 2006, não paginado).

Assim, com a reforma do Estado Brasileiro, adentrou em discussão o processo de descentralização administrativa na qual foram transferidas funções da burocracia central para estados e municípios, bem como para as chamadas Organizações Sociais – ONG’s.

Conforme Borges, Araújo e Pereira (2013, p. 72)

as políticas de descentralização pretendem única e exclusivamente transferir a responsabilidade dos problemas sociais e de ordem educativa que afligem ou demonstram as mazelas da educação para o Estado mínimo, compreendido aqui como os municípios.

Apesar de um contexto desfavorável para o fortalecimento de políticas educacionais no país, dois marcos importantes foram criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério – FUNDEF e o Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2002, ambos severamente criticados pela ênfase dada somente ao Ensino Fundamental.

As expectativas de mudanças que eram esperadas no Governo Lula em seu primeiro mandato, de certa forma foram frustradas, pois o que se observou foi mais um continuísmo das políticas educacionais implementadas pelo Governo anterior do que, de fato, novas perspectivas para a educação.

O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado, no campo educacional, muito mais por permanências que rupturas em relação ao governo anterior. Tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu – FHC – mudou os rumos da educação brasileira do nível básico ao superior, restava a esse governo re-reformar a educação ou conservar e manter as

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



iniciativas anteriores. A opção parece ter sido pelo segundo caminho. (OLIVEIRA, 2009, p. 198).

Entretanto, no último ano de seu mandato, o Governo Lula criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que ampliou o principal mecanismo da educação básica, contemplando as três etapas de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Além da criação do FUNDEB, outras iniciativas foram sendo implementadas, principalmente após a mudança do Ministro da Educação.

Com a entrada de Tarso Genro, que tinha como secretário executivo o atual ministro Fernando Haddad, as ações começaram a ser reconduzidas sendo possível, nessa gestão, a implantação de políticas tanto de médio quanto de longo prazo, em um movimento que sinalizava algumas rupturas. (SANTOS, 2011, p. 10).

Das medidas implantadas a partir de então, tiveram grande repercussão as seguintes: O Programa Universidade para Todos – PROUNI, lançado em 2004; O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007; a criação já citada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB, em vigor desde janeiro de 2007; e, O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, também lançado em 2007. Dessa forma, cabe destacar o que Pompe (2018) afirmou ao se referir aos avanços das políticas na área da educação implementados pelos governos Lula e Dilma:

No Governo Lula, as matrículas nas universidades federais aumentaram 90,1% (taxa média de crescimento de 11% ao ano). Desde 1995, o primeiro ano após a criação do Plano Real, até 2015, os recursos para a educação foram multiplicados por três vezes, mesmo que considerada a inflação. Quase todo o aumento se deu nas gestões de Lula e Dilma. A proporção de gastos em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) também cresceu nessas gestões. O ensino superior, no Governo Dilma, registrou alta de 30% para 34% no percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados e criou quatro das 18 universidades federais instaladas desde a posse de Lula. O desempenho está ligado às políticas públicas PROUNI, que concedeu bolsas de estudo integrais ou parciais em faculdades privadas, mediante renúncia de impostos por parte do governo federal, e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que emprestou recursos a juros subsidiados para o pagamento de mensalidades. Ambas as políticas sofreram com a falta de recursos em 2015. O FIES foi suspenso temporariamente e voltou com taxas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mais altas. O PROUNI reduziu o número de bolsas disponíveis. A taxa de analfabetismo ficou em 8,7% em 2012 – um dos menores índices da história do Brasil. Até maio de 2014 foram criados 208 institutos de ensino. O Plano Nacional de Educação aprovado durante a gestão Dilma elevava o destino do PIB para a educação gradualmente até 10% no décimo ano em vigor, utilizando inclusive verbas oriundas do pré-sal da Petrobras. Feitos e realizações em curso foram golpeados com o impeachment de Dilma, sem crime de responsabilidade, e a ascensão de Michel Temer e seus apoiadores ao poder. (POMPE, 2018, não paginado).

O êxito das políticas sociais foi uma das causas do golpe contra o mandato legítimo, constitucional e democrático da herança lulista que chegou até a presidenta Dilma Rousseff. O golpe foi dado contra os acertos de um governo populista. (ANANIAS, 2016). Nos (des)Governos Temer e Bolsonaro, tais políticas sofreram duros ataques com cortes de gastos, poucos investimentos e redução de verbas para todo o setor da educação. O que presenciamos foi uma crise política das mais agudizadas para o segmento da educação. “As políticas de Michel Temer [e de Bolsonaro] se basearam numa concepção patriarcal, misógina, racista e fundamentalista da sociedade, do mundo e do ser humano.” (CARLOTTI, 2016, p. 1).

Por conseguinte, o país investiu menos em educação, da creche à universidade, no Governo Bolsonaro. Somente na educação básica a queda na aplicação de recursos foi de 13%, sobretudo em investimentos. Em 2022, o Governo Federal bloqueou R\$3 bilhões para a educação, provocando reação de todos os segmentos de ensino público. Com a eleição de Lula, no final de 2022, esperamos retornar a uma era favorável para as políticas educacionais brasileiras.

3 POLÍTICA EDUCACIONAL NO MARANHÃO NOS GOVERNOS DE ROSEANA SARNEY E FLÁVIO DINO: levantamento bibliográfico de estudos em teses e dissertações

O levantamento bibliográfico permitiu catalogar vinte (20) trabalhos acadêmicos que tratam sobre planos e programas do Governo do Estado do Maranhão relacionados à educação. Dos 20 trabalhos catalogados, 4 são artigos científicos, 2 são teses de doutorado, 11 são dissertações de mestrado, 1 monografia

PROMOÇÃO



APOIO



e 2 outros trabalhos (relatório e estudo de caso). Estes trabalhos foram produzidos entre os anos de 2012 e 2022.

A maior parte dos trabalhos foram produzidos na área de Educação (14); 2 trabalhos foram realizados pela área de Administração; 2 trabalhos foram realizados pela área de Políticas Públicas. O restante se refere a outras áreas.

Foram identificados 6 planos e 9 programas do Governo do Estado para a Educação. São eles:

- a) Planos
 - Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2022);
 - Plano Estadual de Educação (2014);
 - Plano Mais IDH (2015);
 - Plano de Governo (2011-2014);
 - Plano Plurianual (2012-2015);
 - Plano Plurianual (2016-2019).
- b) Programas
 - Programa Escola Digna (2015-2017);
 - Programa do Livro didático;
 - Programa Mais Educação;
 - Programa Segundo Tempo;
 - Programa de Remuneração;
 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
 - Programa Mais Gestão (2016);
 - Programa Gestão Nota 10;
 - Programa Educação Integral.

Além destes planos e programas, identificamos nos trabalhos, menções à produção de um documento curricular, no caso o Documento do Território Maranhense (DCTM) e ações em torno de militarização de escolas do governo.

Entre os planos mais citados estão: o Plano Estadual de Educação do Maranhão aprovado pela Lei no 10.099, de 11 de junho de 2014 (citado 8 vezes) e o

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Programa Escola Digna aprovado por meio do Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015 (citado 6 vezes).

Por conta das dificuldades que se apresentaram durante o levantamento de dados, não foi possível fazer uma leitura mais aprofundada dos trabalhos; ao invés disso, fizemos uma leitura técnica do material, focando nos resumos, introdução e trechos importantes de capítulos e/ou tópicos. Isso acabou prejudicando a identificação de dados relacionados aos recursos empregados nessas políticas. Em relação aos objetivos, embora no quadro resumo do levantamento tenha sido exposta boa parte dos objetivos dos planos e programas catalogados, por conta da leitura mais superficial não foi possível perceber se de fato os programas foram bem-sucedidos em seus objetivos.

Porém, vale destacar o Programa Escola Digna, implementado durante o Governo de Flávio Dino. Segundo os dados levantados, o programa tinha por objetivo substituir escolas precárias, bem como prestar atendimento e assessoria pedagógica aos municípios com os piores IDH do estado; e, ainda, promover a elevação dos indicadores educacionais do Maranhão (MACHADO, 2018).

Conforme, Machado (2018), os recursos financeiros do Escola Digna viriam de empresa parceiras e, em sua maioria, de convênios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo parcial do programa entre 2015 e 2018 chegou ao montante de R\$ 33.643.294,37. Até o final do programa estava previsto um custo total de até R\$40.623.180,10.

Durante a pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que são escassos os trabalhos que tratam de políticas educacionais do Governo do Estado do Maranhão no recorte analisado. Além disso, a maioria dos trabalhos tratam dos mesmos planos e programas, o que demonstra a pouca variedade dessas pesquisas e, também, pode ser um indicativo do pequeno número de planos e programas do Governo do Estado endereçados à política educacional.

A maior parte dos textos encontrados estavam no repositório de teses e dissertações da Universidade Federal do Maranhão, o que pode indicar que este

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

objeto de pesquisa não é de interesse de pesquisadores de fora, ficando restrito aos pesquisadores locais.

As poucas informações encontradas sobre os recursos utilizados é uma limitação inicial da pesquisa e, também, um reflexo da pouca importância que os trabalhos deram a análise dos recursos destinados a estes programas.

4 CONCLUSÃO

Em suma, com base nas diversas concepções sobre políticas públicas educacionais e a respeito de como estas começaram a fazer parte da agenda governamental, no Brasil verificamos que, após o período da redemocratização, algumas conquistas possibilitaram avanços significativos para a área da educação. Entretanto, a opção pelas políticas neoliberais impediu que o setor educacional alavancasse na consolidação de resultados satisfatórios e de qualidade para a área.

No Maranhão, o cenário para as políticas públicas educacionais não é diferente e ainda se configura como mais precário, uma vez que os planos e programas implementados sofrem com o descontinuísmo e a rotatividade por parte do governo estadual e os gestores das políticas. Além disso, poucos são os trabalhos de pesquisa que demonstram interesse em discutir tais políticas, corporificadas nos planos e programas aqui demonstrados.

Conclui-se, portanto, que, se não houver o enfrentamento necessário para a superação dessas questões, as políticas públicas educacionais brasileiras não se consolidarão fortes e necessárias para a superação das imensas desigualdades que ainda prevalecem no país.

Estamos conscientes que ainda precisamos percorrer um longo caminho, porém o percurso aqui apresentado é resultado de uma pequena e parcial análise, ponto de partida (e não de chegada) para novos estudos e análises a respeito da temática aqui desenvolvida.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Patrus. O governo golpista e o desmonte das políticas sociais. **Teoria e debate**, Edição 151, 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/o-governo-golpista-e-o-desmonte-das-politicas-sociais>>. Acesso em: 30 out. 2022.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, out./2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 23 maio 2023.

BORGES, Gabriela F. de M.; ARAÚJO, Clarice A. de; PEREIRA, Dulceana. Políticas públicas e políticas educacionais: primeiras aproximações. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 62-75, 2013.

BORON, Atilio A. **After the Sacking: Latin American Capitalism at the Beginning of the XXI Century**. 2006. Disponível em: <<http://sgboehm.googlepages.com/boron.doc>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CARLOTTI, Tatiana. O desmonte das políticas sociais, emancipatórias e culturais. **Carta Maior**, 20 jun. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FO-desmonte-das-politicas-sociais-emancipatorias-e-culturais%2F4%2F36307>>. Acesso em: 30 out. 2022.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11.ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

MACHADO, José G. C. C. **Avaliação de políticas públicas: um estudo sobre o "Programa Escola Digna" da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-52, jan./mar. 2005.

POMPE, Carlos. **Avanço da política educacional nos governos Lula e Dilma**. 2018. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Disponível em: <https://contee.org.br/avanco-da-politica-educacional-nos0governos-lula-e-dilma/>. Acesso em: 24 maio 2023.

PERONI, Vera. **Política Educacional e o papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. [20--]. Não paginado.

SANTOS, Kátia S. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

PROMOÇÃO



APOIO

